

DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO: INVESTIGANDO VESTÍGIOS DE UMA EDUCAÇÃO PAUTADA EM DIREITOS HUMANOS

COSTA¹, Ariana Silva
FIGUEIREDO², Eduardo Nascimento de
FARIAS³, Daniel Silva de
BARCELLOS⁴, Lusival Antonio

RESUMO

Neste trabalho trazemos discussões acerca da educação e direitos humanos tendo em vista a análise de meios que proporcionam aos alunos de escola públicas do litoral norte uma educação de qualidade, onde não haja exclusões, a fim de contribuir com o ingresso dos mesmos na educação superior. As atividades foram realizadas no Curso Pré-Universitário Litoral Norte, realizado pelo Centro de Ciências Aplicadas e Educação/CCAEE, que atende os municípios que estão situados próximos à universidade. Através desse projeto procuramos levar aos alunos de cidades distantes informações, material didático, orientação no que se refere ao uso das tecnologias da informação e da comunicação, contribuindo assim para a formação de cada um e auxiliando para que todos permanecessem informados e atualizados, levando em consideração o estímulo para que pudessem sentir-se capacitados para a realização do ENEM e conseqüentemente, o seu ingresso no ensino superior. No decorrer desse projeto procuramos investigar a relação da educação ministrada com base nos princípios de igualdade e inclusão, levando aos alunos de cada cidade/polo informações sobre os direitos e deveres de cada um como cidadãos ativos capazes de intervir na sociedade em que vivem. Dessa forma os professores colaboradores do projeto também foram instruídos a trabalharem com base em tais princípios, contribuindo para que os alunos não se sentissem excluídos do processo educacional e para que possuíssem um senso crítico. O projeto obteve resultados positivos que contribuiu para a criação/construção da autonomia e subjetividade.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Educação. Ensino Superior.

¹ UFPB/CCAEE, aluna da Especialização em Matemática para o Ensino Fundamental pela UFPB; atua como aluna bolsista na coordenação pedagógica do Cursinho da UFPB Litoral Norte - Campus IV, arianasilvamme@gmail.com.

² UFPB/CCAEE, Graduando em Sistemas de Informação; atua como aluno bolsista na coordenação de informática do Cursinho da UFPB Litoral Norte da UFPB - Campus IV, fne20@hotmail.com.

³ UFPB/CCAEE, Graduando em Sistemas de Informação; atua como aluno bolsista na coordenação de polo do Cursinho da UFPB Litoral Norte da UFPB – Campus IV, daniel.dsdf@gmail.com.

⁴ UFPB/CCAEE, Prof. Dr. do DED, Coordenador do Cursinho PRÉ-ENEM da UFPB Litoral Norte, lusivlab@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho encontra-se no âmbito da Educação Básica, tendo como foco de investigação, jovens e adultos que se encontram ingressando no Ensino Médio ou que já tenham concluído essa fase de ensino. A escolha desse tema se justifica por ser o assunto, continuação de experiências vividas lecionadas em turmas do Ensino Médio de escolas públicas e pela observação da situação de exclusão que vive muitos dos jovens brasileiros.

Diante dos estudos e da experiência como docente da disciplina de Matemática em turmas do Ensino Fundamental e Médio, foi possível perceber, no decorrer da prática pedagógica, que alguns alunos sentiam-se excluídos e que muitos não tinham estímulo para a busca de novas informações ou de utilizar alguma ferramenta tecnológica. Esse fato acontece por vezes oriundo do próprio sistema de ensino, pois muitos não tinham conhecimento ou não levavam os direitos humanos em consideração no desenvolvimento de suas práticas enquanto professores, estudantes e até mesmo do estabelecimento de Ensino. Também foi observado que muitos não tinham se quer o hábito de utilizar alguma tecnologia da informação e da comunicação ou acessar a internet com o objetivo de atualizarem-se quanto aos acontecimentos educacionais no país. No entanto, o que mais nos chamou atenção, na experiência da coordenação pedagógica do projeto e nas pesquisas realizadas, foi à falta de conhecimento da maioria dos docentes e discentes no que diz respeito aos direitos humanos na educação.

Assim nossas atividades surgiram com o objetivo de discutir como a prática e o conhecimento dos direitos humanos na educação pode mudar conceitos e práticas na comunidade educativa despertando o interesse pela busca da aprendizagem significativa, propiciando a todos um ensino de qualidade, laico e gratuito que visem à inclusão dos estudantes por meio de informações a atividades práticas, que tenha como tema transversal e/ou disciplinar os direitos a educação, levando em consideração o respeito pelas diferenças.

DESENVOLVIMENTO

A Educação apresenta-se como um desafio em qualquer área que seja explorada, todos têm direito ao acesso gratuito e de qualidade da educação, mas sabemos que nem sempre funciona desta forma. Nos últimos séculos as pessoas lutaram e ainda lutam para conseguir o acesso gratuito, laico e obrigatório ao ensino, muitas são as barreiras encontradas por profissionais da educação e até mesmo por estudantes na busca de uma boa qualidade de

ensino e que permita o acesso a todos, sem distinção de raça, origem, religião, classe econômica e até mesmo desenvolvimento intelectual de cada indivíduo.

Os próprios alunos na maioria das escolas não conhecem os princípios básicos de direitos humanos, que deveriam fazer parte fundamental da vivência escolar. É de responsabilidade dos sistemas e instituições de ensino garantir, por meio de disciplinas, da transversalidade de conteúdos ou de modo misto, como um conteúdo de uma disciplina existente, a inserção dos conhecimentos atribuídos a educação em Direitos Humanos na Educação Básica e Superior. (BRASIL, 2012, p. 2).

Na escola, os estudantes adquirem conhecimentos que possibilitam o pensamento crítico e o desenvolvimento da personalidade, assim acreditamos que o conhecimento e a vivência dos direitos humanos possibilitarão os mesmos a encarar os desafios do mundo atual de uma maneira diferente, assumindo uma postura de responsabilidade e possuindo uma atitude de respeito pelas diferenças. Os alunos ainda terão uma plena consciência dos problemas do próprio país, como também de outros países, para que a partir deste conhecimento sejam capazes de tomarem iniciativas contra violações dos direitos humanos na escola, na sua comunidade, na sua região, enfim, na sua vida. Em uma entrevista concedida a revista Educação em setembro de 2011, a ativista Aude Valérie Bumbacher ao tratar da área de educação para direitos humanos enfatiza que “[...] a meta é estabelecer uma cultura na qual os direitos humanos sejam compreendidos, defendidos e respeitados.” (BUMBACHER, 2011, p. 1). A autora ainda defende que os direitos humanos devem ser disciplina obrigatória na educação em todo país.

Ainda nesse contexto concordamos com Farias (2012, p. 10) quando afirma que: “A educação em Direitos Humanos caracteriza-se por abordar o ensino como direito universal de todos e que deve ir além de uma proposta de aprendizagem cognitiva, social e emocional do processo de ensino-aprendizagem.”

As diferenças precisam ser respeitadas, para isso necessitam ainda ser conhecidas, devemos saber reconhecer os direitos individuais e coletivos para ampliarmos a concepção ainda restrita de cidadania. A sociedade brasileira hoje é caracterizada por relações hierarquizadas e por privilégios que induzem ao alto nível de desigualdade e exclusão social, já que grande parte da população brasileira não tem acesso a uma vida digna.

Muitos se encontram excluídos na participação das decisões que determinam objetivos da vida social, como regras, benefícios, prioridades e até mesmo os próprios direitos e deveres como cidadãos que participam ativamente na construção da sociedade.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para dar suporte à abordagem teórica foi o estudo descritivo e exploratório, segundo os objetivos da pesquisa, elaborado a partir de materiais e informações adquiridos sobre o tema. O estudo descritivo, segundo Gil (2011) deve fazer uma descrição das características básicas dos sujeitos investigados, narrando às especificidades do grupo investigado, tais como: idade, sexo, renda, situação cultural, dentre outros. Quando aliamos o estudo descritivo com estudo exploratório podemos investigar também as relações ocorridas no grupo observado.

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, etc. (GIL, 2011, p. 28).

Diante do exposto, procuramos no início do projeto mobilizar toda a comunidade quanto ao processo de inscrição no Curso Pré-Universitário Litoral Norte. Ao iniciar as aulas procuramos conhecer melhor a situação em que cada aluno matriculado vivia, assim como a idade, tempo fora da sala de aula, condições de acesso à tecnologia que cada um possuía e se estavam conscientes quantos aos seus direitos e deveres como cidadãos. Trabalhamos também junto com os professores bolsistas do projeto, para que pudessem levar aos alunos de cidades mais distantes condições de acesso a informação, auxiliando-os quanto à construção do próprio conhecimento.

RESULTADOS

Com a realização desde projeto foi possível perceber o envolvimento dos alunos nas atividades e o interesse pela busca da informação, já que estavam sendo conduzidos a possuir uma postura de cidadãos ativos, que possuem direitos, como qualquer outro indivíduo, a uma educação de qualidade, que proporcione aos mesmos o ingresso na Educação Superior de Ensino.

Por meio do Curso Pré-Universitário Litoral Norte, levamos aos alunos todo material didático e toda informação necessária para a realização de cada um no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, assim como todo o conhecimento acerca dos direitos humanos, para que o sentimento de exclusão não mais existisse na vida daqueles jovens e adultos.

CONCLUSÃO

O presente estudo nos trouxe uma ampla visão do quadro atual da educação nas regiões atendidas do Curso Pré-Universitário Litoral Norte, que foram realizadas nos municípios de Mamanguape, Rio Tinto, Itapororoca, Araçagi, Capim, Cuité, Curral de Cima, Lagoa de Dentro, Jacaraú, Pedro Régis, Baía da Traição e Marcação. O projeto levou a esses alunos a oportunidade de aprender de forma significativa. As práticas pedagógicas possibilitaram aos educandos a vivência de experiências, que geraram o conhecimento de si próprio, a confiança nas atividades individuais e coletivas, onde foi possível perceber a promoção da autonomia nas suas ações, contribuindo para a interação entre os sujeitos, sendo respeitadas as diferenças e as individualidades. Todo trabalho realizado apresentou - se de forma gratificante e eficaz para toda a equipe do projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CNE. Conselho Nacional de Educação: Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012. *Diretrizes para a Educação em Direitos Humanos*, 2012.

BUMBACHER, A. V. Por uma educação mais humana. In: *Revista Educação*, ed. 173, Setembro de 2011. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/143/artigo234550-1.asp>. Acesso em: 05 Jul. 2013.

FARIAS, S. A. *Direitos Humanos e Educação: construindo uma proposta Curricular para a Matemática*. João Pessoa, PB: PPGE/UFPB, 2012.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.